

A INCLUSÃO ESCOLAR NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIFICULDADES DOS PROFESSORES

Beatriz Spricigo Salvador¹

RESUMO: A pesquisa tem como título: a inclusão escolar nas aulas de educação física: dificuldades dos professores, na qual teve como objetivo principal analisar as principais dificuldades dos professores de educação física sobre a participação do aluno com deficiências especiais em aulas de educação física. A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, tendo como objeto de pesquisa uma entrevista semi-estruturada realizadas com 03 professores que atuam nas escolas do município de Treviso-SC. Para que haja a inclusão escolar, não basta apenas a vontade dos professores, mais sim de todo um conjunto, desde a direção da escola até do espaço físico. Esse processo exige muito cuidado, pois devemos incluir o aluno ao máximo adaptando nossas aulas para que se sintam valorizados. Todos os alunos têm direito e precisam das aulas de Educação Física, com isso, os professores precisam estar preparados para atuar com alunos deficientes, adaptando as atividades de acordo com a capacidade e limitações de cada aluno.

Palavras-Chaves: Educação Física. Escola. Inclusão Escolar. Dificuldades.

ABSTRACT: The survey is titled: School Inclusion in physical education classes: problems of teachers, which aimed to analyze the main difficulties of the physical education teachers about the participation of students with disabilities in special physical education classes. The methodology was qualitative approach, with the object of research a semi - structured interview conducted with 03 teachers working in schools in the city of Treviso-SC. So there is a school inclusion, not just simply the willingness of teachers, but more of a range, from the school board to the physical space. This process requires very careful because we must include the student to the fullest adapting our classes so that they feel valued. All students have the right and need of physical education classes, with this, teachers need to be prepared to work with disabled students, adjusting activities according to the capabilities and limitations of each student.

Keywords: Physical Education. School. School Inclusion. Dificuldades.

1 INTRODUÇÃO

A origem do problema desta pesquisa deu-se por curiosidade pessoal de saber o que terei que enfrentar enquanto docente com alunos com deficiências. Nesse

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

sentido, observou-se a relevância em elaborar uma pesquisa de campo, que envolvesse os professores de Educação Física que atuam com alunos deficientes inclusos no ensino regular.

Muitos professores se deparam com essa realidade, pois a maioria das vezes não estão preparados para lidar com esses alunos, muitas vezes deixando-os de lado em algumas atividades, ou seja, não conseguem trabalhar a inclusão escolar. Todos nós futuros professores vamos encontrar barreiras sendo com alunos especiais ou não, mas quando assumimos uma postura de educadores, conseguimos transformar a sala de aula em um espaço prazeroso, na qual todos os alunos, incluindo o deficiente conseguem aprender a aprender e a pensar.

Por isso, devemos ser criativos na hora de planejar nossos planos de aulas, planejando de uma forma que irá dar prazer para os alunos e incluirá todos. A partir disso, foi elaborado uma pesquisa de campo, na qual foi envolvido os professores que trabalham com alunos deficientes nas escolas do município de Treviso-SC.

Para a realização da pesquisa foram entrevistadas 03 (três) professores de Educação Física da cidade de Treviso-SC, sendo dois da rede pública municipal e um da estadual.

O presente estudo intitulou-se como: A inclusão escolar nas aulas de Educação Física: dificuldades dos professores.

Com isso, apontou-se como problema: Quais as principais dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física ao incluir os alunos com deficiência no ensino regular?

Para responder o respectivo problema, temos como objetivo geral: Analisar a percepção dos professores de Educação Física com relação às dificuldades encontradas para incluir alunos com deficiência.

Tendo assim como objetivos específicos: Identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física ao incluir os alunos deficientes. Perceber como os professores entendem a educação inclusiva no seu espaço escolar. Verificar se os professores de Educação Física recebem orientação para trabalhar com alunos com deficiência nas aulas de Educação Física e se a escola oferece cursos de formação continuada. Identificar se o professor de Educação Física planeja

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

suas aulas com um olhar para os alunos com deficiências. Perceber se o segundo professor/auxiliar acompanha o aluno com deficiência nas aulas de Educação Física. Identificar quais deficiências tem na escola.

As questões que nortearam o presente estudo são:

Quais as principais dificuldades que os professores encontram ao incluir os alunos deficientes nas aulas de Educação Física? Qual o entendimento dos professores de Educação Física sobre a educação inclusiva? Os professores recebem apoio pedagógico e a escola oferece cursos de formação continuada? Os professores planejam suas aulas com um olhar para o aluno deficiente? O segundo professor/auxiliar acompanha os alunos deficientes nas aulas de Educação Física? Quais as deficiências que possuem na escola?

O presente estudo aconteceu dentro da linha de pesquisa Educação Física Escolar, na qual tem seu referencial teórico estruturado como: Educação Física: Trajetória Histórica (COLETIVO DE AUTORES, 1992), (KUNZ, 2006), (SOARES, 2007). Educação Física Escolar (COLETIVO DE AUTORES, 1992), (KUNZ, 2006), (DARIDO, 2008). Inclusão Escolar (STAINBACK e STAINBACK, 1999), (CIDADE e FREITAS, 2009), (BUENO E RESA, 1995, apud CIDADE E FREITAS, 2009), (LDB Nº 9394/96), (MANTOAN, 2006), Metodologia (GIL, 1999), (MINAYO, 2009).

Na sequência do estudo irei apresentar a fundamentação teórica, metodologia, análise da coleta de dados, conclusão e referências.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Educação Física escolar surge na Europa no final do século XVIII e início do século XIX para suprir necessidades sociais. Nesse período, constituiu-se a construção de uma nova sociedade, ou seja, a sociedade capitalista, na qual o exercício físico passou a ter um papel fundamental.

A sociedade precisava do homem mais forte, mais ágil e mais empregador. A força física que os trabalhadores possuíam, era transformada em trabalho, mão-de-obra, e era vendida para o mercado, gerando assim lucro para a classe dominante. Com isso, o exercício físico passou a ser entendido como remédio, pois com ele o homem

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

passava a ter um corpo mais ágil, disciplinado e saudável exigido pela sociedade capitalista. A partir daí, cuidar do próprio corpo passou a ser uma necessidade concreta e significava cuidar da nova sociedade, pois a ação produzida pelo corpo do trabalhador é fonte de lucro para a sociedade do século XIX.

No século XIX, a Educação Física constituía-se a partir de um conceito de corpo e dos movimentos em que o mesmo consegue realizar.

Desta forma, torna-se indispensável frisar que o espaço dado a Educação Física, se, por um lado, representa um avanço para a Educação, constituindo mais um elemento laico na sua estruturação, por outro, representa atraso, significando disciplinarização de movimentos, domesticação, pois se configura como mais um canal, absolutamente dominado pela burguesia, para veicular o seu modelo de corpo, de atividade física, de saúde...a sua visão de mundo. (SOARES, 2007, p. 49)

Foi nesse período que a Educação Física no Brasil passou a ser oficializada na escola. Na década de 1930, o que dominava nas aulas era a concepção higienista, na qual a principal preocupação era a partir do exercício ter hábitos de higiene e saúde.

No modelo militarista, as aulas eram ministradas por instrutores físicos do exército que traziam exercícios rígidos militares da disciplina e da hierarquia, para construir um projeto de homem disciplinar, obediente e profundo respeitados da hierarquia social.

Segundo Darido (2003, p. 02), ambas as concepções higienista e militarista da Educação Física consideravam a Educação Física como disciplina essencialmente prática, não necessitando, portanto, de uma fundamentação teórica que lhe desse suporte.

Após o fim da ditadura militar, a Educação Física foi separada em duas tendências pedagógicas sendo elas: liberais, que se distribui em Desenvolvimentista, Psicomotricidade, Interacionismo-contrutivismo, Saúde Renovada e Esportivizada, e tendência progressista, distribuída em Crítico Superadora e Crítico-Emancipatória.

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A Educação Física é responsável pela cultura corporal do movimento que visa desenvolver o ser humano em todos os aspectos, sejam eles, cognitivos, afetivos,

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

social e motor.

Segundo o Coletivo de Autores (1992, p. 29), “a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal, patrimônio da humanidade que igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos na escola”.

É necessário compreendermos, que o homem não nasceu, pulando, saltando, arremessando, mas que essas praticas corporais foram construídas em épocas históricas, como respostas para alguns desafios ou necessidade humanas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

O ensino da Educação Física também deve ter um sentido lúdico, na qual proporcionará ao indivíduo, elaborar pensamentos de formas criativas, tanto em seu lazer como também em seu meio de trabalho. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, idéias, conceitos produzidos pela consciência social e que chamaremos de "significações objetivas". Em face delas, ele desenvolve um "sentido pessoal" que exprime sua subjetividade e relaciona as significações objetivas com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e das suas motivações. (COLETIVOS DE AUTORES, 1992, p. 41)

A Educação Física deve formar seres humanos emancipados, capazes de elaborar um pensamento crítico sobre a sociedade que nela está inserido.

Pedagogicamente, deve-se levar em consideração que oportunizar à criança e ao adolescente a chance de vivenciar experiências bem-sucedidas de vida, que escapam do sentido cotidiano das atividades obrigatórias, é contribuir com a possibilidade da formação de indivíduos críticos e emancipados. (KUNZ, 2006, p. 52).

A Educação Física escolar não pode ser vista somente como prática, mas também deve ser estudada a realidade dos esportes, fazendo assim uma análise crítica de como eles podem ser discutidos.

Segundo Coletivo de Autores (1992), quando escolhido um conteúdo a ser transmitido, o professor deve ter competência para adequar o conteúdo à capacidade cognitiva e à prática social do aluno, ao seu próprio conhecimento e às suas possibilidades enquanto sujeito histórico.

As crianças devem saber que tudo tem uma função fixa e precisam de conhecimentos para manuseá-las corretamente. Por isso o professor de Educação Física deve ter um saber técnico adquirido através das teorias do treinamento esportivo ou da biomecânica. (KUNZ, 2006, p. 52).

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

A Educação Física deve levar o aluno a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais, levando conhecimentos para a compreensão dos dados científicos relacionados a cultura corporal de movimento.

De acordo com Legislação - LDB N° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996:

§ 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

A Educação Física enquanto disciplina obrigatória no currículo escolar, através dos esportes, jogos e brincadeiras cooperativas, proporciona ao aluno o direito de socialização com os colegas, dando a liberdade de relação.

Segundo Darido (2008), “a educação física é entendida como uma disciplina curricular que introduz e integra o aluno na cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la”.

As aulas de Educação Física, visam desenvolver no aluno não somente a parte física de seu corpo como tempos passados, mas em todos os seus aspectos, ou seja, afetivo, mental, social e motor, com isso integra o aluno na cultura corporal com o intuito de formar cidadãos que vão reproduzi-la e transformá-la, contribuindo com o melhor desenvolvimento do aluno nas outras disciplinas, além de possibilitar ao aluno desenvolver valores como respeito, confiança e outras características fundamentais para o desenvolvimento de sua vida social.

3 INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar em escolas regulares começou a ser adotada no final da década de 1970 e início da década de 1980, na qual, os alunos com deficiência começaram a frequentar a escola regular pelo menos em um período por dia.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

A Educação inclusiva surge para construir modelos que rejeitam a exclusão, trabalhando assim para que haja uma aprendizagem na qual incluam todos os alunos da mesma maneira.

Quando as crianças estão em salas de aulas, sendo elas portadoras de deficiência ou não, umas aprendem com as outras, conquistam valores e atitudes necessárias para a vida em comunidade, conseguindo assim apoiarem a inclusão de todos os cidadãos.

O ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real”. Igualmente importante, seus pares e também professores aprendem como agir e interagir com eles. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 25)

A inclusão escolar não proporciona benefícios somente para os alunos, mas também para os professores, pois adquirem melhorias nas suas habilidades profissionais, além de estar sempre informados sobre as mudanças que ocorrem nessa área.

De acordo com a Legislação - LDB N° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 sobre educação inclusiva:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Quando se fala em educação inclusiva, devemos analisar vários fatores, pois não se refere em apenas incluir um aluno com deficiência em uma escola regular de ensino, mas sim, reorganizar todo o conjunto escolar, desde a direção da escola, estrutura, organização, até a didática em sala de aula.

Devemos levar em conta, que cada aluno possui uma maneira diferente de aprendizagem, alguns aprendem com mais facilidades, outros são mais lentos, por isso, devemos atender nossos de uma forma que ele consiga absorver o conhecimento repassado, respeitando suas capacidades e limitações.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

A educação física adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender as necessidades de seus educandos. (BUENO E RESA, 1995, apud CIDADE E FREITAS, 2009, p.9)

Quando trabalhamos com a Educação Física adaptada, damos a oportunidade para os alunos testar suas habilidades através de atividades motoras, jogos, entre outros, com o intuito de desenvolver suas capacidades o máximo possível, proporcionando assim que a criança com necessidades especiais se sinta integrada no mesmo mundo das demais crianças, ao mesmo tempo o aluno consegue descobrir seus limites e capacidades. (CIDADE E FREITAS, 2009).

Segundo Cidade e Freitas (2009, p. 13), “o programa de educação física adaptada, possibilita ao aluno a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação ao meio”.

Por isso, quando trabalhamos com crianças especiais, devemos identificar quais suas capacidades, adaptando assim as ações dos movimentos nas atividades, facilitando o processo de inclusão. Com isso, a criança passa a praticar as mesmas atividades físicas das demais, porém adequadas as possibilidades de sua deficiência.

Não podemos confundir integração com inclusão. O termo integração quer dizer inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foram excluídos anteriormente, já inclusão é não deixar ninguém de fora do ensino regular desde os primeiros anos da vida escolar. Mantoan (2006, p. 19) nos diz que: “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”.

Nas aulas de Educação física, todas as atividades desenvolvidas com os alunos, devem ser consideradas as potencialidades e capacitações de cada um, para que se sintam seguros em realizá-las, tendo sempre em vista um caráter lúdico para que a crianças aprenda a lidar com seu acertos e erros.

As crianças com deficiência são capazes de participar da maioria das atividades propostas, porém o professor precisa ter conhecimento das deficiências para realizar pequenas ou grandes adaptações conforme o caso.

Segundo Cidade e Freitas (2009, p. 15):

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas.

Com base nisso, o professor é capaz de adequar a metodologia a ser adotada, de acordo com a especificidade de cada aluno deficiente, permitindo assim que o aluno realize as mesmas atividades que os demais, porém com algumas adaptações e ao mesmo tempo se sinta incluindo em todas as aulas.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa visa apresentar as principais dificuldades que os professores encontram ao incluir o aluno com deficiência nas aulas de Educação Física na rede regular de ensino.

Para a coleta de dados foi envolvido 3 (três) professores das escolas do município de Treviso/SC. Para cada professor foi entregue um termo de consentimento informando sobre o objetivo da pesquisa, na qual todos assinaram concordando com a pesquisa.

Para a realização do presente estudo, foi entrado em contato com a direção de três escolas do município de Treviso/SC, sendo duas municipais e uma estadual, porém o estudo foi realizado somente em duas escolas, uma municipal e uma estadual, pois em uma das escolas municipais não possui nenhum aluno com deficiência.

O presente estudo foi a pesquisa de campo que segundo Minayo (2009, p.61), permite a “aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que confrontam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social”.

O instrumento utilizado para coletar os dados foi uma entrevista semiestruturada, que para Gil (1999, p. 117): é uma “forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Na referida pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa. Minayo (2009, p. 21), nos diz que a pesquisa qualitativa [...] “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. [...] “trabalha

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Sendo assim as entrevistas foram gravadas, transcritas e em seguidas os dados foram analisados frente ao referencial teórico.

5 ANÁLISE DOS DADOS: O OLHAR DOS PROFESSORES

A entrevista foi realizada com (03) professores de Educação Física de duas escolas da cidade de Treviso-SC, sendo uma estadual e uma municipal, no segundo semestre de 2014.

Primeiramente foi conversado com os professores para saber se seria ou não um incômodo fazer a entrevista, os mesmos aceitaram sem problemas algum. Em seguida foi esclarecido à direção das escolas, entregando um ofício, informando o objetivo da referida pesquisa.

Para coletar os dados foi feito uma entrevista semi-estruturada com os professores. No dia da entrevista foi entregue um termo de consentimento para que os professores abdicassem de direitos autorais.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, em seguidas analisadas para conseguir obter o objetivo do presente estudo.

Os professores foram identificados neste estudo como: Professor 1 (P/1), Professor 2 (P/2) e Professor 3 (P/3).

A tabela 1 a seguir mostra o perfil dos professores de Educação Física entrevistados:

TABELA 1: PERFIL DOS PROFESSORES

Professores	Gênero	Formação	Especialização	Experiência na área de Educação Física
P1	F	Ed. Física	Ed. Física e saúde	20 anos
P2	F	Ed. Física	Ed. Física Escolar	07 anos
P3	M	Ed. Física	Ed. Física Escolar	01 ano e 06 meses

Fonte: Dados da pesquisadora segundo semestre 2014.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

De acordo com a tabela acima, é notório que todos professores possuem formação na área de Educação Física e todos possuem especialização, sendo 01 (um) em Educação Física e saúde e 02 (dois) em Educação Física escolar.

A experiência na área varia de 20 anos a 1 ano e meio. Os professores citam que a escola não oferece cursos de formação continuada para a área da deficiência e que nunca foram atrás por conta própria, porém apontam que seria bastante importante, para que pudessem entender mais específico cada deficiência.

A LDB 9394/96 em seu Art. 62, §1, nos diz que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Com base nisso, para sermos docentes, é preciso que façamos um curso de licenciatura, nos possibilitando a trabalhar em todos os níveis de ensino da educação básica. Após a formação, é dever da União, Distrito Federal, Estado e Municípios, colaborar conosco e oferecer cursos de capacitação para que os professores estejam sempre atualizando suas metodologias.

A tabela 2 apresenta o número de alunos que os professores de Educação Física atuam na educação básica

TABELA 2: Nº DE ALUNOS

Professores	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de alunos com deficiência
P1	06	120	05
P2	06	115	01
P3	13	280	04

Fonte: Dados da pesquisadora segundo semestre 2014.

Analisando a tabela acima percebe-se que o P1, atua com 06 turmas e um total de 120 alunos, em média 20 alunos por turma. Entre os 120 alunos possui um total

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

de 05 alunos com deficiência, sendo eles: autista, intelectual, auditivo, físico e síndrome de Down.

Um dos indicadores essenciais para diagnosticar a deficiência intelectual é QI (quociente de inteligência) abaixo de 70 a 75. Segundo Cidade e Freitas (2009, p. 51),

[...] na identificação da deficiência intelectual é importante que se considere a intensidade de manifestação física, psicológica, emocional e de saúde da pessoa que apresenta o retardo, também a capacidade funcional da pessoa para o desempenho no dia a dia no lar, na escola, no trabalho e na comunidade.

Quando um aluno possui a deficiência auditiva, não necessariamente ocorre um atraso em seu desenvolvimento motor. Porém a super proteção dos pais se torna um fator muito importante em seu processo escolar.

Uma boa parte do que conhecemos nos chega por via auditiva, proporcionando a informação do meio e orientando para uma atuação independente. Toda alteração da percepção dos sons, qualquer que seja o grau, é denominado surdez, e surdo é aquele que por ela é atingido. (LAFON, 1989, apud CIDADE E FREITAS, 2009, p. 54)

Uma característica bastante visível na pessoa com deficiência física é a estrutura anatômica, na qual o aluno possui dificuldades em sua locomoção devido à má estrutura ortopédica de seu corpo. Segundo Costa (1995, apud CIDADE E FREITAS, 2009, p. 62), pode-se definir a deficiência física como: “toda e qualquer alteração no corpo humano, resultado de um problema ortopédico, neurológico ou de má formação, levando o indivíduo a uma limitação ou dificuldade no desenvolvimento de alguma tarefa motora”.

O P2 atua com 06 turmas, totalizando 115 alunos, média de 19 alunos por turma, sendo que entre os 115 alunos, 01 possui síndrome de Down.

Já o P3 atua com 13 turmas, 280 alunos, em média 18 alunos por turmas, sendo que 04 alunos possuem deficiência, 02 com deficiência física e 02 com deficiência mental.

A escola inclusiva é aquela que oportuniza a educação para todos os alunos na escola regular de ensino, educação esta que deve ser ajustada para as necessidades e habilidades de cada um para alcançar o sucesso nas atividades. Deste modo, todas as crianças passam a ter atitudes e valores necessários para a vida social, apoiando a

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

inclusão de todos os cidadãos. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 23), “os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e semelhanças individuais entre seus pares”.

Ao questionar os professores, sobre o que pensam sobre a educação inclusiva, os mesmos responderam que:

“Em minha opinião ela é positiva, mas depende muito do grau de deficiência da criança. Na Educação Física é possível de trabalhar (P1)”.

“Para mim, a educação inclusiva é uma história de desafio e conquistas. [...] nós professores devemos estar cientes de que não é uma tarefa somente nossa e da escola [...]”. (P2)

“Quando é falado em educação inclusiva, não podemos pensar somente nos deficientes, mas sim incluir todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade, [...]” (P3).

Diante das falas dos professores percebemos que o P1 cita que dependendo do grau de deficiência a inclusão pode ser positiva, porém na disciplina de Educação Física a pode-se incluir normalmente. Para o P2, a inclusão é uma história de desafio e conquista, porém pensa que para acontecer a inclusão não depende somente dos professores, já para o P3, quando se trata de educação inclusiva não pode-se pensar somente nos deficientes, e sim em todos que possuem algum tipo de dificuldade em realizar algo.

Segundo Figueiredo (2008, apud CIDADE E FREITAS, 2009, p. 46): “Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular, as escolas atendem às diferenças sem discriminar ou trabalhar a partes com alunos”.

Portanto, quando se fala em inclusão escolar, a escola regular não pode separar os alunos deficientes dos alunos “ditos normais”, mas sim trabalhar em um conjunto atendendo as diferenças de cada um.

Analisando as respostas dos professores, percebe-se que no geral, todos apontam que a educação inclusiva é possível nas aulas de Educação Física, porém, ao fazer a pergunta se os mesmos se sentem preparados para atuar com os alunos deficientes, somente 01 (um) professor aponta que sim.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

Acredito que sim, pois precisamos estar prontos para trabalhar com todos os alunos. [...] estaria preparada para atuar com qualquer deficiência mesmo não tendo nenhum curso específico, eu procuro buscar conhecimentos por meio de livros, internet e outros recursos. (P2).

Havendo assim contradições nas falas do P1 e P3, pois, se dizem que a inclusão é possível nas aulas de Educação Física, porque não estão preparados para atuar com deficientes?

Ao questioná-los se o espaço físico atende a todos, os professores apontam que:

“Aqui na escola como é brita, penso que não seria para todos. [...] as britas para atender um cadeirante fica complicado [...]”. (P1)

“Não é, pois nossos pisos não são acessíveis para deficiente visual, o cadeirante é complicado de se locomover, [...] o espaço na frente da escola é com brita, ou faço as aulas na areia”, (P2).

“Não. Até a própria sala de Educação Física, não tem rampa para cadeirante [...]. (P3).

Percebe-se que todos os professores apontam que as escolas não são acessíveis para todos, principalmente para os deficientes, porém, quando se fala em educação inclusiva, a escola deve passar por uma reorganização, desde o corpo diretivo da escola, até o espaço físico.

Segundo Cidade e Freitas, (2009, p. 46), “a inclusão implica esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, especialmente de nível básico [...]”.

De acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 243), “os professores também precisam modificar as atividades em que um determinado aluno participa, ou a maneira como ele atinge o objetivo”.

A inclusão na escola regular de ensino surge pelo fato da interação não ser suficiente para a pessoa deficiente ser incluída totalmente na sociedade. A partir disso, a inclusão escolar fez com que a escola passasse por várias modificações, tendo que modernizar o modelo de ensino, bem como reestruturar o espaço físico. Porém não só a escola passou por modificações, mas também os professores, pois precisam modificar seu meio de ensino, adaptando as atividades propostas para que todos os alunos consigam participar e atingir um determinado objetivo.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

Ao perguntar quais as principais dificuldades que os professores encontram ao incluir os alunos com deficiências, P1 diz que: *“Minha maior dificuldade é fazer eles entenderem as atividades, não é simplesmente falar, tem que demonstrar várias vezes”*.

E P2: *“Posso citar o espaço físico inadequado, a falta de materiais didáticos e de avaliar a aprendizagem”*.

É notório perceber que os professores apontam como dificuldades em fazer os alunos entenderem as atividades, o espaço físico inadequado, falta de materiais, e também em entender o próprio aluno, como mostra na sua fala P3: *“O problema que tenho com alguns é a teimosia. [...] muitas vezes é difícil entender eles”*.

A partir do momento que o professor passa a atuar com alunos deficientes, é preciso várias adaptações e que ele busque conhecer ainda mais do seu aluno deficiente.

É preciso que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. (CIDADE E FREITAS, 2009, p. 15).

É possível perceber que a maioria dos professores não se sentem preparados para atuar com deficientes. Apontam também que a escola nunca ofereceu curso e orientação pedagógica para essa área. Então, se não se sentem preparados para atuar com deficientes, porque não buscam formação continuada por conta própria?

E ao indagar os professores se elaboram suas aulas, pensando nas especificidades dos alunos com deficiência, P1 diz que: *“Elaboro a aula em um geral, na medida das atividades vou adaptando [...]”*.

E P2: *“[...] Trabalho o mesmo conteúdo com todos, porem respeitando o limite de cada um [...]”*.

Percebe-se que os professores se preocupam em incluir os alunos deficientes nas atividades de acordo com a capacidade de cada um, adaptando as atividades propostas, como aponta P3: *“Elaboro as aulas no geral, mas dentro das atividades sempre procuro incluir o aluno com deficiência ao máximo [...]”*.

Segundo Cidade e Freitas (2009), adaptar as aulas atendendo as necessidades de cada aluno permite ao mesmo descobrir e compreender suas limitações

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

e capacidades, bem como faz com que se sinta valorizado e integrado no mesmo mundo que os demais.

Segundo Cidade e Freitas (2009, p. 14), “todas as atividades devem considerar as potencialidades e limitações da pessoa com deficiência, bem como devem ser realizadas de maneira constante, progressiva e regular”.

Quando o professor realiza alguma atividade com seus alunos, precisa levar em conta que cada um tem um jeito diferente de aprender, com isso, deve conhecer as potencialidades e limitações de cada aluno, principalmente dos deficientes, a partir disso, o professor precisa observar os alunos, verificar suas necessidades e dificuldades, avaliando assim seu processo de aprendizagem, tendo em mente o que precisa fazer para que seu aluno aprenda.

Com base nisso, ao questioná-los sobre o processo de avaliação com os alunos no geral:

“Eu avalio de uma forma geral, bastante participação, faço prova teórica, tudo o que falo, faço na teoria [...]” (P2)

“A minha avaliação é feita através de relatos diários, nesse relato é apresentado às dificuldades dos alunos, os avanços e entregue no final do semestre [...]” (P2)

“Avalio pela participação e comportamento dos alunos [...]” (P3)

Diante das falas, os alunos deficientes, são avaliados na mesma lógica, porém com menos cobrança.

Percebe-se que os professores não diferenciam a maneira de avaliação dos alunos deficientes, somente exigem menos, talvez por até mesmo não estarem preparados para lidar com os mesmos, não conseguindo assim elaborar uma forma diferente de avaliar seus alunos deficientes.

Segundo o Coletivo de Autores (1992), avaliar o processo ensino-aprendizagem, não é apenas aplicar teste ou selecionar alunos, mas sim, ter uma compreensão de que devemos avaliar de acordo com que está relacionado no projeto pedagógico da escola.

Cada vez mais, compreende-se que a avaliação é um dos aspectos essenciais do projeto pedagógico, justamente por ser através dela que se cristalizam mecanismos

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

estruturais e limitantes no processo ensino-aprendizagem. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 73).

Ao indagá-los sobre se há o segundo professor para auxiliar nas aulas de Educação Física, os professores citam ser muito importante e que ajudam bastante no desenvolvimento das aulas, porém, o segundo professor não é apto para trabalhar com uma deficiência específica.

“Sim, acho bastante importante porque tenho bastantes dificuldades, pois em uma turma de muitos alunos, não tem como dar atenção para eles, e como já falei eles precisam de uma, duas, três explicações para entender a atividade [...]”. (P1)

“Sim. Não é específico para tal deficiência, isso seria importante não somente para os alunos, mas também para auxiliar nós professores. [...]”. (P2)

“Não. Nas aulas de Educação Física, eles somem. Seria importante, porque eles conseguem entender os alunos deficientes melhor. [...]”. (P3)

Analisando as respostas, um dos professores cita que quando é aula de Educação Física o segundo professor some, e outro professor fala que não é específico para deficiência do aluno. Porque será que o segundo professor não é específico para cada deficiência?

É importante que o segundo professor conheça e domine a deficiência de cada aluno, pois assim consegue entender melhor as necessidades de cada um, auxiliando o professor regente na prática pedagógica. É muito importante também que permaneça em todas as aulas, incluindo as de Educação Física, pois assim, os dois professores conseguem juntos criar técnicas de ensino para facilitar no processo de ensino aprendido, propondo assim adaptações para as todas as atividades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente trabalho, pode-se perceber que para incluir um aluno com deficiência na rede regular de ensino, não basta apenas a vontade dos professores, mas sim de todo um conjunto, pois precisa acontecer mudanças na escola em todos os aspectos, desde a direção até o espaço físico.

O processo de inclusão exige bastante “cuidado” e respeito, pois devemos

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

fazer o máximo para que o aluno deficiente não se sinta excluído ao invés de incluído, com isso devemos adaptar as atividades atendendo as necessidades de cada um, para valorizar a participação do aluno.

Incluir um aluno deficiente na rede regular de ensino é uma tarefa que muitas vezes se torna desafio, pois os professores não podem separar os alunos deficientes dos ditos “normais”, e sim devem incluir nas mesmas atividades, porém deve adaptar as atividades de acordo com as capacidades e limitações de cada deficiente.

Analisando as entrevistas, percebe-se que todos os professores relatam que a educação inclusiva é possível nas aulas de Educação Física, porém só um diz estar preparado para atuar com alunos deficientes.

Percebe-se também, que as escolas ainda estão precárias frente ao espaço físico, pois todos os professores citam que as escolas não conseguiriam atender, por exemplo, um cadeirante. Cita também como dificuldade entender os alunos e fazer com que eles entendam as atividades, nesse modo, o segundo professor específico para cada deficiência iria auxiliar e muito o professor regente nas aulas.

Ao questioná-los sobre elaboração de aulas e avaliação, todos os professores dizem usar a mesma metodologia, porém adaptam as atividades de acordo com a capacidade de cada um, da mesma maneira a avaliação, utilizam a mesma, porém tem uma cobrança diferenciada.

Os professores apontam como principais dificuldades em incluir o aluno deficiente nas aulas, o espaço físico inadequado, na qual não é acessível para todos, o fato de conseguir entender os alunos ou fazer com que eles entendam certas atividades, o processo de avaliação da aprendizagem e a falta de materiais didáticos, e por muitas vezes a inexistência do segundo professor nas aulas de Educação Física, ou o segundo professor não ser específico para cada deficiência.

Todos os alunos têm direito de ter aula de educação física, então, as mesmas precisam ser elaboradas a fim de atender á todos, contribuindo para sua vida social e particular.

REFERÊNCIAS

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional**, Lei nº 9394, 1996.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante et al. **Introdução a Educação Física adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na Escola, Questões e Reflexões**. Rio de Janeiro-RJ, Guanabara Koogan S.A, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KUNZ, Elenor: **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 7. ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

SOARES, Carmen Lúcia et al, **Educação Física: raízes européias e Brasil**, 4 ed – Campinas, SC: Autores Associados, 2007.

STAINBACK, Susan et al. **Inclusão: um guia para educadores**. Magda França Lopes – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: beatriz.spricigo@hotmail.com. Fone: (48)99152409.